

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL – SEGUNDA TURMA APELAÇÃO N.º
0515835-17.2017.8.05.0080 COMARCA DE ORIGEM: FEIRA DE SANTANA PROCESSO DE
1.º GRAU: 0515835-17.2017.8.05.0080 RECORRENTES: JEAN BATISTA DE ALMEIDA
E ARISTZABEL BATISTA DE ALMEIDA DEFENSORA PÚBLICA: TÂMIRES ARIEL LIMA
CARDOSO RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA PROMOTORA:
MIRELLA BARROS C. BRITO RELATORA: INEZ MARIA B. S. MIRANDA
APELAÇÃO CRIMINAL. DOIS RECORRENTES. TRÁFICO DE DROGAS. APELANTE JEAN
BATISTA DE ALMEIDA. AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS DEMONSTRADAS PELO
ACERVO PROBATÓRIO. PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO. INAPLICÁVEL. ABSOLVIÇÃO.
INCABÍVEL. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. APELANTE ARISTAZABEL
BATISTA DE ALMEIDA. AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS DEMONSTRADAS PELO
ACERVO PROBATÓRIO. DOSIMETRIA. ATENUANTES. REDUÇÃO DA PENA AQUÉM DO MÍNIMO
LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. ENUNCIADO Nº 231 DA SÚMULA DO STJ. QUANTIDADE E
NATUREZA DAS DROGAS CONSIDERADAS NA TERCEIRA ETAPA DOSIMÉTRICA PARA
MODULAR O GRAU DE REDUÇÃO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. POSSIBILIDADE.
PERCENTUAL DE DIMINUIÇÃO ALICERÇADO EM FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. RECURSO
CONHECIDO E IMPROVIDO. Não há como absolver o agente do delito imputado a
ele na denúncia quando as provas colhidas na fase pré-processual e
judicial demonstrarem a sua autoria e materialidade delitivas. Fica
afastada a hipótese de incidência do princípio in dubio pro reo quando
restar indene de dúvidas a autoria e a materialidade do crime pelo qual
foi condenado o réu em primeira instância. De acordo com o Enunciado nº
231 da Súmula do STJ não é possível as circunstâncias atenuantes
conduzirem à redução da pena abaixo do mínimo legal. A quantidade e a
natureza da droga apreendida podem ser empregadas tanto para a fixação da
pena-base quanto para a modulação da causa de diminuição prevista no art.
33, § 4º, da Lei 11.343/2006, alternativamente, a critério do magistrado,
neste último caso, ainda que sejam os únicos elementos aferidos.

ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal
n.º 0515835-17.2017.8.05.0080, em que figuram, como apelantes, Jean
Batista de Almeida, Aristzabel Batista de Almeida e, como apelado, o
Ministério Público do Estado da Bahia. Acordam os Desembargadores
componentes da Segunda Turma Julgadora da Segunda Câmara Criminal do
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, conforme resultado expresso na
certidão de julgamento, em conhecer e negar provimento ao recurso de
apelação interposto por Jean Batista de Almeida e por Aristzabel Batista
de Almeida, na esteira das razões explanadas no voto da Relatora.
Salvador, data e assinatura registradas no sistema. INEZ MARIA B. S.
MIRANDA RELATORA (03 – 239) APELAÇÃO CRIMINAL
0515835-17.2017.8.05.0080 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA DECISÃO
PROCLAMADA Conhecido e não provido Por Unanimidade Salvador, 30 de
Junho de 2022. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
GABINETE DA DESEMBARGADORA INEZ MARIA B. S. MIRANDA RELATÓRIO
Adoto, como próprio, o relatório da Sentença (id. 168265029 – PJe 1º grau)
prolatada pelo Juízo de Direito da 1ª Vara de Tóxicos da Comarca de Feira
de Santana-BA. Acrescento que, findada a instrução processual, o Juízo a
quo proferiu a referida sentença por meio da qual foi julgado procedente
em parte o pedido formulado na Denúncia para condenar os apelantes Jean
Batista de Almeida e Aristzabel Batista de Almeida pela prática do delito
tipificado no art. 33, caput, da Lei 11.343/2006. Acrescento que foi
aplicado ao primeiro a pena privativa de liberdade de 01 (um) ano e 08
(oito) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime aberto,
além de 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, cada um à razão de 1/30

(um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo dos fatos. Em relação ao segundo réu, foi aplicada a pena privativa de liberdade de 04 (quatro) anos de reclusão, também a ser cumprida em regime inicial aberto, e ao pagamento de 400 (quatrocentos) dias-multa, no valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo dos fatos. Acrescento, ainda, que as penas privativas de liberdade aplicadas aos apelantes Jean Batista de Almeida e Aristzabel Batista de Almeida foram substituídas por duas restritivas de direitos, assim, especificadas no Édito Condenatório: prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma a ser determinada pelo Juízo da Execução Penal. Inconformados com a Sentença, os apelantes Jean Batista de Almeida e Aristzabel Batista De Almeida interpuseram, tempestivamente, Recurso de Apelação (id. 168265060 – PJe 1º grau), com as suas respectivas Razões Recursais (ids. 168265063 e 168265064 – PJe 1º Grau). Nas razões recursais do apelante Jean Batista de Almeida (id. 168265063 – PJe 1º Grau) este pugnou pela sua absolvição, sob o argumento de que não há prova concreta da autoria do delito que lhe foi imputado, além da inexistência concreta de dolo. Sendo assim, à luz dos argumentos ora descritos, e em atenção ao princípio in dubio pro réu, sob a alegação da ausência de suporte probatório mínimo para subsidiar uma condenação, pugnou pela reforma da Sentença condenatória, para que fosse absolvido do delito, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Visando eventual necessidade de interposição de recurso às Instâncias Superiores, prequestionou a violação ao art. 386, inciso VII, do CPP bem como ao art. 5º, LVII da Constituição Federal. Por sua vez, nas razões recursais do apelante Aristzabel Batista De Almeida (id. 168265064 – PJe 1º grau), este postulou a redução da pena-base para aquém do mínimo legal em face das circunstâncias atenuantes que incidiram no caso em tela; pela aplicação da fração máxima da minorante do tráfico privilegiado, sob o argumento de que a quantidade de entorpecente por si só não é suficiente para aplicar o percentual de diminuição mais prejudicial na dosimetria da pena; e, subsidiariamente, para o caso de não acolhimento das teses ora descritas, requereu que a quantidade do entorpecente fosse considerada na primeira fase da etapa dosimétrica para desvalorar as circunstâncias do crime e não para modular o quantum de diminuição na terceira fase, a fim de que não seja prejudicado direito subjetivo do Réu. Visando eventual necessidade de interposição de recurso às Instâncias Superiores, prequestionou a violação ao art. 386, inciso VII, do CPP bem como ao art. 5º, LVII da Constituição Federal. Em suas Contrarrazões (id. 168265067 – PJe 1º grau), o Ministério Público manifestou-se pelo conhecimento e improvimento do aludido recurso para que a Sentença fosse mantida em todos os seus termos. A Procuradoria de Justiça emitiu parecer (id. 24612385 – PJe 2º grau), manifestando-se pelo conhecimento do Recurso de Apelação e, no mérito, pelo seu improvimento, para que a Sentença fosse mantida em sua íntegra. É o relatório. Salvador, data e assinatura registradas no sistema. INEZ MARIA B. S. MIRANDA RELATORA (03 – 239) APELAÇÃO CRIMINAL 0515835-17.2017.8.05.0080 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA GABINETE DA DESEMBARGADORA INEZ MARIA B. S. MIRANDA VOTO Presentes os pressupostos processuais de admissibilidade, conheço do Apelo. Narra a Denúncia (id. 168264881 – PJe 1º grau) que, no dia 08/11/2017, por volta das 09h30min, na cidade de Feira de Santana, no imóvel localizado na Rua Jazidas, nº 70, bairro Brasília, os Apelantes foram presos em flagrante pela prática do delito de tráfico de drogas, ocasião em que foram apreendidos um tablete de maconha,

154 (cento e cinquenta e quatro) balinhas da mesma substância, 30 (trinta) petecas de cocaína e um saco de cocaína, além de um aparelho celular. Consta na Inicial Acusatória que o Serviço de Investigação da Polícia Civil recebeu informação sobre a ocorrência do tráfico de drogas na residência situada na Rua Jazidas, nº 70, bairro Brasília, razão pela qual a equipe se deslocou para o local e realizou campana, observando, em torno de 10h00min, que um indivíduo adquiriu algo em mãos do apelante Jean. Ato contínuo, relata a Denúncia que os policiais procederam à abordagem da pessoa que recebeu a droga, a qual foi identificada como Eriney Carvalho Conceição, sendo apreendidas três buchas de maconha em seu poder, o qual informou ser usuário e que adquiriu o entorpecente com o primeiro apelante, Jean. Extrai-se, ainda, da Denúncia, que a equipe dirigiu-se à residência do apelante Aristzabel, onde foram apreendidas as substâncias entorpecentes descritas no Auto de Exibição e Apreensão. Processados e julgados, os Recorrentes foram condenados como incursos nas sanções previstas no art. 33, caput, da Lei 11.343/2006. Inconformados com a Sentença, os apelantes Jean Batista de Almeida e Aristzabel Batista de Almeida interpuseram, tempestivamente, recurso de apelação (id. 168265060 – PJe 1º grau), com as suas respectivas razões recursais (ids.168265063 e 168265064 – PJe 1º grau). Nas razões recursais do apelante Jean Batista de Almeida (id.168265063 – PJe 1º Grau) este pugnou pela sua absolvição, sob o argumento de que não há prova concreta da autoria do delito que lhe foi imputado, além da inexistência concreta de dolo. Sendo assim, à luz dos argumentos ora descritos, e em atenção ao princípio in dubio pro réu, sob a alegação da ausência de suporte probatório mínimo para subsidiar uma condenação, pugnou pela reforma da Sentença condenatória, para que fosse absolvido do delito, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Visando eventual necessidade de interposição de recurso às Instâncias Superiores, prequestionou a violação ao art. 386, inciso VII, do CPP bem como ao art. 5º, LVII da Constituição Federal. Por sua vez, nas razões recursais do apelante Aristzabel Batista De Almeida (id. 168265064 – PJe 1º Grau), este postulou a redução da pena-base para aquém do mínimo legal em face das circunstâncias atenuantes que incidiram no caso em tela; pela aplicação da fração máxima da minorante do tráfico privilegiado, sob o argumento de que a quantidade de entorpecente por si só não é suficiente para aplicar o percentual de diminuição mais prejudicial na dosimetria da pena; e, subsidiariamente, para o caso de não acolhimento das teses ora descritas, requereu que a quantidade do entorpecente fosse considerada na primeira fase da etapa dosimétrica para desvalorar as circunstâncias do crime e não para modular o quantum de diminuição na terceira fase, a fim de que não seja prejudicado direito subjetivo do Réu. Visando eventual necessidade de interposição de recurso às Instâncias Superiores, prequestionou a violação ao art. 386, inciso VII, do CPP bem como ao art. 5º, LVII da Constituição Federal. Em que pesem as teses, acima descritas, emergem dos autos fartos elementos de prova que demonstram, de forma cabal, não só a materialidade delitiva, como também a autoria dos Apelantes em relação ao crime tipificado no art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas). A materialidade do delito de tráfico de drogas está demonstrada pelo Auto de Exibição e Apreensão (id. 168264882, fl. 14 – PJe 1º grau), pelo Laudo Provisório de Constatação de drogas nº 2017 01 PC 011930-01 (id. 168264882, fl. 17 – PJe 1º grau) e pelo Laudo de Exame Pericial Definitivo nº 2017 01 PC 011930-02 (id. 168264894, 168264895 e 1682648996 – PJe 1º grau). As drogas descritas no Auto de Exibição e Apreensão foram identificadas no referido Laudo de

Exame Pericial Definitivo como positivo para Cannabis Sativa (Materiais A, B e E), no total de 462,40 g (quatrocentos e sessenta e dois gramas e quarenta centigramas), e para o alcalóide Cocaína (Materiais C e D), na quantidade de 568,57 g (quinhentos e sessenta e oito gramas e cinquenta e sete centigramas). Essas substâncias entorpecentes de uso proscrito no Brasil encontram-se relacionadas, respectivamente, na Lista F-2 e na Lista F-1 da Portaria 344/98 da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Ao contrário do quanto sustentado pelo apelante Jean Batista de Almeida, os depoimentos das testemunhas, policiais militares responsáveis pela prisão em flagrante, IPC Jarbas do Carmo Nassif, PC Cláudio Lúcio da Cruz e IPC Álvaro Costa Santana, todos colhidos por meio de gravação audiovisual (disponíveis no PJe Mídias) nas audiências realizadas nos dias 22/05/2018 (id. 168264964 – PJe 1º grau) e 15/08/2018 (id. 168265024 – PJe 1º grau), incluindo-se, ainda, os depoimentos desses mesmos agentes públicos prestados na fase pré-processual (id. 168264882, fls. 2, 3 e 4 – PJe 1º grau), são coerentes e harmônicos entre si, não deixando margem a dúvidas quanto à materialidade delitiva e à autoria do crime de tráfico de drogas em relação aos Recorrentes. Corroboram a versão dos fatos narrada na Denúncia, os depoimentos judiciais das referidas testemunhas (acessíveis no PJe Mídias), os quais foram transcritos com fidedignidade na sentença (id. 168265029 – PJe 1º grau): “(...) que receberam denúncia de tráfico em determinada rua do Bairro Brasília realizada por dois irmãos; que realizaram campana e viu uma pessoa pegar algo nas mãos de Jean, em uma residência; que procederam a abordagem deste indivíduo, encontrando em seu poder buchas de maconha; que este indivíduo apontou que comprou as drogas na residência e deu características físicas da pessoa que o vendeu; que, em busca na residência, foram apreendidas maconha e cocaína; que Jean disse que a maconha lhe pertencia e a cocaína era de Aristzabel; que Aristzabel confirmou que a cocaína lhe pertencia.” (sic, Jarbas do Carmo Nassif, id. 168265029, fl.2 – PJe 1º grau). Alinhada ao depoimento anteriormente reproduzido, encontra-se a versão extraída do depoimento judicial prestado pelo IPC Álvaro Costa Santana, também transcrito com fidedignidade na sentença (id. 168265029 – PJe 1º grau): “(...) ‘que receberam denúncias de que em determinada localidade no bairro Brasília havia tráfico de drogas; que realizaram campanas e constataram que a movimentação típica ocorria na residência dos acusados; que visualizou quando chegou um rapaz que adquiriu algo nesta residência e este, ao ser abordado, foi encontrado com três buchas de maconha; que este indivíduo apontou o local onde adquiriu, na residência em tela; que os acusados foram abordados e confirmaram os fatos; que no interior da residência foram apreendidas maconha e cocaína; que os réus confirmaram a propriedade e comercialização; que ambos os acusados se encontravam nesta residência no dia da abordagem.’ (...)” (sic, IPC Álvaro Costa de Santana, id. 168265029, fl. 3 – PJe 1º grau). Urge pontuar que, na mesma direção dos depoimentos judiciais anteriormente reproduzidos, está o que foi prestado pela testemunha IPC Cláudio Lúcio Azevedo da Cruz (link de acesso ao depoimento gravado em mídia audiovisual disponível no PJe Mídias). Sobreleva registrar que é pacífico na jurisprudência dos Tribunais Superiores que não se pode duvidar, nem relativizar a credibilidade dos depoimentos prestados por agentes policiais, que possuem fé pública, quando não há qualquer elemento concreto que ponha em dúvida a veracidade das informações ou que demonstre que as testemunhas tenham interesse em prejudicar o réu. Do interrogatório judicial do recorrente Jean (acesso

ao depoimento gravado em mídia audiovisual disponível no PJe Mídias), verifica-se que, embora ele tenha negado os fatos que lhe foram imputados na denúncia, precisamente, o fato de ter participado da atividade ilícita praticada por seu irmão, Aristzabel, e tenha informado que os entorpecentes apreendidos eram de propriedade deste, das provas coligidas aos autos, resta incontroverso que Jean entregou a um usuário substância entorpecente, três buchas de maconha, a pedido do Corrêu, ciente da natureza ilícita do objeto da entrega, o que foi declarado por ele próprio no mencionado interrogatório. Ao agir assim, o recorrente Jean, de forma deliberada, contribuiu para a comercialização de drogas, fato que foi confirmado judicialmente pelo Corrêu e, repise-se, declarado pelo próprio Apelante em seu interrogatório judicial, restando, portanto, evidenciada a traficância. Com efeito, a entrega do entorpecente ao usuário, praticada pelo recorrente Jean, configura o delito de tráfico de drogas porquanto trata-se de crime de ação múltipla, sendo suficiente para a sua consumação a realização de apenas um dos núcleos descritos no art. 33 da Lei 11.343/2006: "Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar." Urge salientar que, ao contrário do quanto sustentado em suas razões recursais, o conjunto probatório constante dos autos demonstra, a toda vidência, a autoria do delito imputado ao Recorrente Jean Batista de Almeida, não havendo, destarte, como prosperar a sua pretensão de ser absolvido da condenação pela prática do delito de tráfico de drogas que lhe foi imputada na Denúncia. Logo, restam suficientemente esclarecidas a materialidade e a autoria delitivas não apenas em relação ao apelante Jean Batista de Almeida como também no tocante ao recorrente Aristzabel quanto ao crime de tráfico de drogas, pelo qual foram escorreitamente condenados pela Autoridade sentenciante uma vez que as provas produzidas tanto na fase investigativa quanto na judicial não deixam margem a dúvidas quanto à prática desse delito. Dessa forma, não havendo dúvida acerca da autoria dos Apelantes em relação à prática do delito de tráfico de drogas e estando caracterizada a tipicidade do fato narrado na Denúncia, impõe-se a responsabilização criminal de ambos pelo referido crime, devendo ser mantidas as condenações proferidas na Sentença de primeiro grau. Enfrentadas as teses sustentadas pelo recorrente Jean, procedo, agora, ao exame dos pedidos e seus respectivos fundamentos formulados no bojo das razões recursais do apelante Aristzabel, cujas teses cingem-se exclusivamente a questões atinentes à dosimetria da pena. Frise-se que, embora não tenha o apelante Jean se irresignado quanto à dosimetria da pena elaborada na Sentença, a sua análise será realizada, de ofício, após a apreciação das teses declinadas no bojo do apelo do recorrente Aristzabel. Passo ao exame da dosimetria de Aristzabel Batista De Almeida: Na primeira fase da dosimetria, a Autoridade Sentenciante, ao sopesar as circunstâncias judiciais elencadas no art. 59 do Código Penal, com a devida atenção ao disposto no art. 42 da Lei 11.343/2006, embora tenha identificado que a natureza e a quantidade da droga mereciam valoração negativa, reservou a aplicação desses vetores para a terceira etapa dosimétrica, com o fito de modular o grau de diminuição do tráfico privilegiado (causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006), e, por não identificar mais nenhuma circunstância judicial a ser desvalorada, arbitrou a pena-base no mínimo legal, nos

seguintes termos: “(...) No tocante às circunstâncias judiciais de natureza subjetiva (antecedentes, conduta social, personalidade), não há nos autos elementos que atribuam uma valoração negativa ao agente. No que tange às circunstâncias objetivas (motivos, circunstâncias e consequências do crime), nada há que já não se relacione intimamente à gravidade da conduta do tráfico de drogas. Embora a natureza e quantidade das drogas revelem valoração negativa ao agente, esta circunstância será considerada na terceira fase da dosimetria. Assim, dado o disposto no art. 42 da Lei 11.343/06 e diante dos parâmetros do art. 59 do Código Penal, FIXO A PENA-BASE EM 05 (CINCO) ANOS DE RECLUSÃO E 500 (QUINHENTOS) DIAS-MULTA, à base de 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo vigente à época dos fatos, com a devida correção monetária, diante da presumida situação financeira do denunciado. (id. 168265029, fl. 07).” Há que se registrar que, ao deixar de valorar negativamente as circunstâncias do crime por meio dos elementos natureza e quantidade das drogas apreendidas, reservando a aplicação desses vetores à terceira etapa da dosimetria, a Sentenciante adotou entendimento alinhado à atual jurisprudência dos Tribunais Superiores, o que se infere do recentíssimo precedente do Superior Tribunal de Justiça: “(...) As Cortes Superiores vêm se manifestando no sentido de que, isoladamente consideradas, a natureza e a quantidade dos entorpecentes apreendidos não são suficientes para embasar conclusão acerca da presença das referidas condições obstativas e, assim, afastar o reconhecimento da minorante do tráfico privilegiado. 3. Ainda sobressai a questão constitucional a respeito da consideração desses fatores tanto na primeira fase de fixação da pena, quanto na terceira, para obstaculização do benefício, configurando bis in idem, o que foi expressamente rechaçado no julgamento do Recurso Extraordinário n. 663.334/AM, submetido ao regime de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal. 4. Em recentíssima decisão, a Terceira Seção do STJ decantou as controvérsias, reconsiderou os critérios estipulados no julgamento análogo anterior e revitalizou o entendimento pretérito desta Corte sobre a possibilidade de valoração da quantidade e da natureza da droga apreendida, tanto para a fixação da pena-base quanto para a modulação da causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006 (alternativamente, a critério do magistrado), neste último caso ainda que sejam os únicos elementos aferidos (HC 725534/SP, rel. Ministro Ribeiro Dantas, 3ª Seção, j. 27/4/2022). (...).” (AgRg no REsp n. 1.976.831/MG, relator Ministro Jesuíno Rissato (desembargador Convocado do Tjdft), relator para o acórdão Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 20/5/2022.) Ante as razões ora expostas, ratifico a pena-base arbitrada na primeira fase dosimétrica em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, cada um à razão de 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo vigente à época dos fatos. Quanto à sanção pecuniária, reservo-me a apreciá-la ao final do reexame de todas as fases da dosimetria da pena realizada na Sentença para que seja encontrada a quantidade de dias-multa coerente e proporcional com a da pena privativa de liberdade definitivamente fixada. Na segunda fase, a Autoridade Sentenciante atentou para a incidência, no caso em apreço, das atenuantes da confissão e da menoridade do Apelante na data do fato, contudo, incorretamente, deixou de aplicá-las em função do Enunciado nº 231 da Súmula do STJ, que preceitua a impossibilidade dessas circunstâncias conduzirem à redução da pena abaixo do mínimo legal, ficando, assim, a pena corporal provisoriamente mantida em 05 (cinco) anos de reclusão. Ratifico. No tocante à terceira fase da dosimetria, o Apelante insurgiu-se quanto ao grau de modulação do redutor atinente ao

tráfico privilegiado aplicado na Sentença à razão de 1/5 (um quinto). Nesse aspecto, alegou que a quantidade de entorpecente, por si só, não seria suficiente para aplicar o percentual de diminuição mais prejudicial e, em seguida, pugnou pela sua alteração para o patamar máximo de diminuição, 2/3 (dois terços). Essa tese não merece guarida. Para melhor exame da questão ora posta, reproduzo o trecho da sentença correspondente à elaboração da terceira fase da dosimetria da pena: “(...) Não há causas de aumento de pena. O que se extrai do procedimento não obsta a aplicação da diminuição de pena atinente ao tráfico privilegiado, já que preenchidos todos os requisitos cumulativos de sua concessão, haja vista a primariedade do réu, ausência de antecedentes criminais e de elementos que apontem dedicação à atividade criminosa, além da ausência de provas de que o réu integre organização criminosa. Inobstante, considerando a quantidade e natureza de parte das drogas apreendidas na residência deste réu (mais de meio quilo de cocaína e aproximadamente meio quilo de maconha – sendo aquela substância altamente nociva ao usuário e à sociedade, dado o alto grau de toxicidade e dependência provocados), aplico a redução no patamar de 1/5 (um quinto). (...)” (id. 168265029, fl. 08). Do exame do excerto acima, constata-se que após fundamentar a incidência da minorante referente ao tráfico privilegiado, a Sentenciante logrou demonstrar por meio de elementos concretos os motivos que a levaram a escolher o grau de redução da pena no patamar de 1/5 (um quinto), fração que se mostra razoável e proporcional não apenas em face da quantidade das drogas apreendidas, 462,40 g (quatrocentos e sessenta e dois gramas e quarenta centigramas) de maconha e 568,57g (quinhentos e sessenta e oito gramas e cinquenta e sete centigramas) de cocaína, como também em decorrência da natureza altamente deletéria apresentada por esta última substância decorrente do seu acentuado grau de toxicidade e dependência provocados. O entendimento ora exarado está alinhado ao precedente do STJ, abaixo, transcrito: “PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. QUANTUM DE REDUÇÃO. APLICAÇÃO EM 1/5. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. POSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. A teor do disposto no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, para que incida a causa especial de diminuição de pena aos condenados pelo delito de tráfico de drogas, é necessário que o agente seja reconhecidamente primário, ostente bons antecedentes e não se dedique a atividades criminosas ou integre organização criminosa. 2. Na falta de indicação pelo legislador das balizas para o quantum da redução do tráfico privilegiado – de um sexto até dois terços –, o Superior Tribunal de Justiça tem decidido que a natureza e a quantidade de droga apreendida, assim como as demais circunstâncias do art. 59 do CP, podem ser utilizadas para definir tal índice ou, até mesmo, para afastar a incidência da minorante quando evidenciarem a habitualidade no comércio ilícito de entorpecentes (AgRg no REsp 1.644.417/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 29/03/2017; AgRg no AREsp 857.658/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 18/11/2016). 3. No caso, o Tribunal de origem reformou em parte a sentença condenatória, para aplicar a causa de diminuição de pena, prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, em seu patamar máximo. Entretanto, impõe-se a aplicação da minorante no índice de 1/5, como posto na sentença, uma vez que a expressiva quantidade de droga apreendida (465 g de maconha), de fato, autoriza a adoção de índice menor de redução, dada a maior reprovabilidade da conduta delitiva. Precedentes. 4. ‘A apreensão de

grande quantidade de drogas – 3 kg de cocaína, 58 g de 'crack' e 15 g de maconha –, fato reconhecido na origem, deve ser valorado como indicativo da dedicação do agente à atividade criminosa, sem que isso implique em reexame de provas, mas tão somente em reavaliação delas, o que pode ser feito no âmbito do recurso especial sem ofensa ao disposto na Súmula n. 7 desta Corte Superior'." (AgRg no REsp 1724649/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018, grifou-se). 5. Agravo regimental desprovido. (STJ – AgRg no AREsp: 1627451 G0 2019/0354981-8, Relator: Ministro RIBEIRO DANTAS, Data de Julgamento: 23/06/2020, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/06/20 Após a Magistrada a quo aplicar o redutor correspondente ao tráfico privilegiado à razão de 1/5 (um quinto), a pena privativa de liberdade passou a ser dosada em 04 (quatro) anos de reclusão, a qual, por não existir, na espécie, demais causas de diminuição nem de aumento de pena, tornou-se definitiva. Ratifico. Ratifico, ainda, a quantidade de sanção pecuniária arbitrada pela Sentenciante no patamar de 400 (quatrocentos) dias-multa, cada um no percentual de 1/30 (um trigésimo) do valor do salário mínimo vigente à época dos fatos, por guardar a devida coerência e proporcionalidade com a sanção corporal definitivamente arbitrada. Reitero o regime inicial de cumprimento de pena imposto na Sentença, o aberto, eis que aplicado em conformidade com o art. 33, § 2º, alínea c, do Código Penal, assim como a ressalva de que o tempo de prisão provisória cumprido não tem o condão de alterá-lo para fins do art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal, e, ainda, a substituição da prisão preventiva por duas restritivas de direitos nos termos fixados pela Magistrada a quo, a seguir, reproduzidos: "(...) Considerando que a acusado é primário e não possui antecedentes criminais, conforme registro de fls. 47/48, bem como o total de pena imposta, substituo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, in casu, prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma a ser determinada pelo Juízo da Execução Penal. (...)." (id. 168265029, fl. 08). Assim, reexaminada a dosimetria da pena elaborada na Sentença, constata-se imperiosa a sua ratificação integral em relação ao apelante Aristzabel Batista de Almeida, haja vista ter sido fixada dentro dos parâmetros estabelecidos na legislação aplicável à espécie. A seguir, procedo ao exame ex officio da dosimetria da pena do apelante Jean Batista de Almeida, elaborada na Sentença: Consoante alhures pontuado, malgrado não tenha sido objeto de irresignação do apelo interposto por Jean Batista de Almeida questões atinentes à dosimetria da pena privativa de liberdade e de multa arbitradas na sentença, constata-se do exame das suas três etapas que essas sanções definitivamente fixadas pela Magistrada a quo devem ser mantidas nos exatos termos por ela estipulados por estarem em consonância com todos os parâmetros estabelecidos na legislação aplicável à espécie. Ante as razões ora expendidas, ficam ratificadas as penas privativas de liberdade e de multa fixadas definitivamente ao apelante Jean Batista de Almeida em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e em 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, cada um à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos, não merecendo retoques o Édito Condenatório, nesse aspecto, assim como em relação a todos os seus demais termos. No que concerne aos pedidos de prequestionamento, formulado pelos Apelantes, destaque-se que "O Poder Judiciário não está obrigado a emitir expresse juízo de valor a respeito de todas as teses e artigos de lei invocados pelas partes, bastando para fundamentar o decidido fazer uso de argumentação adequada, ainda que não

espelhe quaisquer das linhas de argumentação invocadas.” (STJ, REsp 1257058/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, j. 18/08/2015, pub. DJe 28/08/2015). Ante o exposto, conheço e nego provimento ao Recurso de Apelação interposto por Jean Batista de Almeida e Aristzabel Batista de Almeida, ficando a Sentença Condenatória mantida em sua íntegra. É como voto. Sala de Sessões, data e assinatura registradas no sistema. INEZ MARIA B. S. MIRANDA
RELATORA (03 - 239) APELAÇÃO CRIMINAL
0515835-17.2017.8.05.0080